

UNIMED DE BAURU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ 44.456.036/0001-50 – ANS Nº. 36965-9

Relatório da Administração – 2018

Atendendo às disposições legais, Regulatórias e Estatutárias, a Unimed de Bauru - Cooperativa de Trabalho Médico, localizada na Rua Gustavo Maciel, nº 11-30, CEP 17015-320, no município de Bauru, inscrita no CNPJ sob nº 44.456.036/0001-50, com registro definitivo na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob nº 36965-9, vem, através do seu Diretor Presidente, apresentar aos Senhores Cooperados, Clientes (beneficiários), Parceiros e Colaboradores, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Cooperativa, com os pareceres dos Auditores Independentes, Atuários e Conselheiros Fiscais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Cooperativa Unimed de Bauru atua no mercado de saúde desde 1971, com a finalidade de congregar os integrantes da profissão médica, proporcionando-lhes condições para o exercício de sua atividade e aprimoramento do serviço de assistência médica hospitalar.

Política de Destinação de Resultados

As demonstrações financeiras da Cooperativa, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de resultado e as Mutações do Patrimônio Líquido foram apresentadas aos Cooperados em Assembleia Geral Ordinária, no dia 26/03/2019, para apreciação, deliberação e destinação dos resultados. Os Cooperados presentes aprovaram o Balanço, deliberando pela distribuição das sobras líquidas, na proporção da produção de cada cooperado e a capitalização dos juros ao capital social.

Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos

O ano de 2018 foi marcado pela consolidação de investimentos da Unimed Bauru, como o Centro de Diagnóstico Unimed (CDU), com instalações de 20 mil metros quadrados, com serviços e procedimentos laboratoriais, de diagnóstico por imagem e um centro de saúde da mulher. O Hospital Unimed entregou alguns serviços como o novo Centro de Material e Esterilização (CME), descanso médico e novos vestiários para os funcionários. O Hospital Unimed também manteve o Certificado da Organização Nacional de Acreditação (ONA) III, Acreditado com Excelência. Dessa forma, o HUB integra um seletivo grupo de hospitais do país com serviços de alta qualidade no atendimento aos usuários. As certificações de gestão da qualidade ISO 9001 da Farmácia e da sede administrativa da Unimed Bauru foram mantidas e recertificadas. A Unimed Bauru sempre privilegiou o envolvimento com a comunidade. Todos os eventos sociais da Unimed, como a festa de final de ano dos colaboradores, possuem ações que revertem em doações para entidades sociais. O Curso para Gestantes, com inscrições gratuitas, também arrecada doações de fraldas e roupas de bebê entre os participantes que depois são encaminhadas para famílias carentes. Entidades como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-Bauru), Associação dos Familiares e Amigos de Portadores de Autismo de Bauru (Apapab), Centro Espírita Amor e Caridade (Ceac), Associação de Proteção à Maternidade e à Criança (Paiva) e Esquadrão da Vida, também recebem ajuda da Unimed para manutenção. A Unimed Bauru contribui mensalmente para a manutenção da Creche Maria Ribeiro, na Vila Falcão, Centro de Convivência Infantil João Paulo II. O Projeto Félix, que foca a inclusão digital para crianças e adolescentes carentes, é realizado em parceria com o Centro Espírita Amor e Caridade (Ceac). As aulas são no Núcleo Ferradura Mirim, para jovens que frequentam o projeto Seara de Luz do Centro Espírita Amor e Caridade, e do Projeto Caná. Eventos públicos também costumam contar com a participação do serviço de ambulância da Unimed, o SOS Unimed, que além de remoções faz o atendimento de emergência. A cooperativa também investe em Responsabilidade Socioambiental, como a Campanha de Agasalho para Pessoas e Pets e Caminhada De Bem com a Vida. Realiza anualmente contribuição para a Associação dos Amigos da Natureza do Jardim Botânico de Bauru no projeto "Amigos da Natureza".

Recursos Humanos

No final de 2018, a cooperativa contava com 2201 colaboradores, sendo 418 terceirizados, atendendo a obrigatoriedade do Ministério do Trabalho na contratação de pessoas portadoras de deficiências. A manutenção de treinamentos, educação e integração continuada para colaboradores e gestores da cooperativa, reembolso de cursos e expansão dos programas de atenção e promoção da saúde dos colaboradores. Por seu caráter extremamente legalista, a Unimed de Bauru cumpre com todas as suas obrigações trabalhistas.

Investimentos em Outras Sociedades

A Cooperativa mantém investimentos em cotas de participações societárias da Federação das Unimeds do Estado de São Paulo, Unimed Intrafederativa Centro Oeste Paulista, Sicredi, Central Nacional Unimed e Unimed Seguradora, bem como na empresa Gemini – Gestora de Equipamentos, Medicamentos, Materiais e Implantes Nacionais e Importados.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, classificadas em Aplicações Livres (não vinculadas) e Garantidoras (vinculadas às provisões técnicas – ANS), possuindo restrições de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

Perspectivas e Estratégias para 2019

O Conselho de Administração aprovou investimentos para 2019 visando a melhorias na qualidade de atendimento e ampliação dos recursos próprios. Neste ano, a implantação do Centro de Diagnóstico Unimed (CDU) foi finalizada. Já no Hospital Unimed Bauru está previstas a ampliação do centro cirúrgico e também deverá ser desenvolvido o projeto de um novo setor de Quimioterapia.

Emerson Luiz Cardia de Campos

Presidente do Conselho de Administração.

Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico
CNPJ nº 44.456.036/0001-50 - **Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS nº 36965-9**

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		226.502.702	209.285.570	Circulante		91.078.391	86.384.276
Disponível		22.577.857	10.373.449	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		11	32.394.542
Realizável		203.924.845	198.912.121	Provisão de prêmio/ contraprestação não Banhás - PRCNG		3.940.633	3.236.096
A aplicações financeiras	4	126.968.477	123.321.166	Provisão para remissão		295.843	241.150
A aplicações garantidoras de provisões técnicas		31.669.738	30.122.851	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		5.056.495	5.053.723
A aplicações livres		95.298.739	93.198.315	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais		17.372.652	17.133.022
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	14.330.236	9.573.548	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		7.612.525	6.730.551
Contraprestações pecuniárias a receber		5.846.828	5.290.022	Débitos de operações assist. à saúde		1.422.095	
Participação Benef. Eventos e Sinistros Indenizáveis		4.967.048	4.283.526	Débitos de oper. assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora		7.212.090	7.032.612
Contraprestações de corresponsabilidade assumida		3.576.360		Provisões para o IRPJ e CSLL			
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	6	20.520.436	17.505.500	Tributos e encargos sociais a recolher		12	15.149.865
Créditos tributários e previdenciários		6.787.472	13.563.688	Empréstimos e financiamentos a pagar		13	4.383.856
Bens e títulos a receber	7	33.675.891	33.467.285	Débitos diversos		14	26.312.922
Despesas antecipadas		1.566.375	1.442.999	Conta corrente com cooperados		2.332.415	1.609.920
Conta corrente com cooperados		15.958	37.935				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo	206.400.671	174.465.320		Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	100.963.482	100.335.996
A aplicações Livres				Provisões judiciais	11	31.871	269.496
Depósitos judiciais e fiscais				Parcelamento de tributos e encargos sociais	15	70.552.335	55.351.882
Investimentos				Empréstimos e financiamentos a pagar	12	16.162.792	28.021.909
Participações societárias – operadoras de planos de assistência à saúde	8	19.017.077	10.467.592	Débitos diversos	13	13.902.211	16.682.436
Outros investimentos		9.020.447	4.930.284		14	34.273	34.273
Imobilizado				Patrimônio líquido	17	240.861.500	196.430.618
Imóveis de uso próprio: hospitalares		9.996.630	5.537.308	Capital social integralizado		31.278.601	28.163.463
Imóveis de uso próprio: não hospitalares	9	174.065.669	153.282.614	Reservas:		195.145.085	154.318.653
Bens móveis: hospitalares		97.202.714	29.357.589	Reserva legal		110.438.106	104.329.776
Bens móveis: não hospitalares				Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		6.779.443	5.614.310
Imobilizações em curso				Reserva técnica para riscos		69.267.410	35.714.441
Outras imobilizações: hospitalares				Reserva especial de sobras		8.660.125	8.660.126
Intangível	10	2.669.154	3.272.151	Sobras à disposição da AGO		14.437.815	13.948.502
Total do ativo		432.903.373	383.750.890	Total do passivo e do patrimônio líquido		432.903.373	383.750.890

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em reais

	Nota	2018	2017
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		352.234.628	294.166.863
Ingressos com operações de assistência à saúde		359.677.184	299.821.020
Ingressos de contraprestações líquidas		359.774.252	299.615.424
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(97.068)	205.596
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(7.442.556)	(5.654.157)
Eventos indenizáveis líquidos		(302.331.435)	(256.060.423)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		(301.449.461)	(255.231.911)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		(881.974)	(828.512)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde		49.903.193	38.106.440
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		1.177.285	1.198.923
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		246.168.215	276.414.402
Ingressos/ receitas com operações de assistência médica-hospitalar		227.624.951	258.379.037
Outros ingressos/ receitas operacionais		18.543.264	18.035.365
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(1.101.206)	(1.017.550)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(20.381.397)	(7.996.760)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde		(14.096.602)	(5.782.425)
Provisão para perdas sobre créditos		(6.284.795)	(2.214.335)
Outros dispêndios/ despesas oper. de assist.à saúde não relac.com planos de saúde da operadora		(193.311.029)	(225.667.967)
Resultado bruto		82.455.061	81.037.488
Dispêndios/ despesas com comercialização		(1.906.307)	(1.713.304)
Dispêndios/ despesas administrativas	18	(36.231.856)	(35.175.195)
Resultado financeiro líquido	19	9.448.399	3.468.912
Ingressos/ receitas financeiras		18.026.643	14.109.958
Dispêndios/ despesas financeiras		(8.578.244)	(10.641.046)
Resultado patrimonial		9.533.376	3.789.445
Ingressos/ receitas patrimoniais		9.732.290	3.818.382
Dispêndios/ despesas patrimoniais		(198.914)	(28.937)
Sobra antes dos tributos e participações		63.298.673	51.407.346
IRPJ	20	(1.506.072)	(2.110.798)
CSLL	20	(567.862)	(787.425)
Participações sobre o lucro		(141.439)	(446.394)
Sobra líquida do exercício		61.083.300	48.062.729
Utilização da RATES		1.889.033	1.883.400
Distribuição antecipada de sobras		(5.819.053)	(5.811.876)
Transferência para reserva "Ad-referendum" da AGO		(33.552.969)	(22.976.342)
Constituição de reservas estatutárias:			
Reserva legal – 10%		(6.108.330)	(4.806.273)
RATES – 5%		(3.054.166)	(2.403.136)
Sobras à disposição da AGO		14.437.815	13.948.502

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico

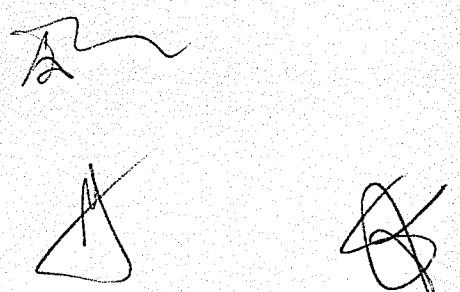
Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	2018	2.017
Sobra líquida do exercício	<u>61.083.300</u>	<u>48.062.729</u>
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	<u>61.083.300</u>	<u>48.062.729</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	Reservas					
	Capital social integralizado	Reserva legal	RATES	Reserva técnica para riscos	Reserva especial de sobras	Sobras à disposição da AGO
						Total
25.281.034	99.523.503	5.094.574	12.738.099	8.660.126	13.628.953	164.926.289
Saldos em 1º de janeiro de 2017						
Deliberação da AGO de 23/3/2017:						
Distribuição de sobras	-	-	-	-	(13.628.953)	(13.628.953)
Capitalização com juros sobre o capital	634.505 (258.227)	-	-	-	-	634.505 (258.227)
Baixa de capital	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	2.506.151	-	-	-	-	2.506.151
Antecipação de sobras	-	-	-	-	(5.811.876)	(5.811.876)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	48.062.729	48.062.729
Utilização da RATES	-	-	(1.883.400)	-	-	1.883.400
Constituição de reservas estatutárias:						
Reserva legal	-	4.806.273	-	-	-	(4.806.273)
RATES	-	-	2.403.136	-	-	(2.403.136)
Transferência para reserva "Ad-referendum" da AGO	28.163.463	104.329.776	5.614.310	35.714.441	22.976.342	(22.976.342)
28.163.463	104.329.776	5.614.310	35.714.441	8.660.126	13.948.502	196.430.618
Deliberação da AGO de 1º/3/2018:						
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	(13.948.502)
Capitalização com juros sobre o capital	701.961 (466.534)	-	-	-	-	701.961 (466.534)
Baixa de capital	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	2.879.710	-	-	-	-	2.879.710
Antecipação de sobras	-	-	-	-	(5.819.053)	(5.819.053)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	61.083.300	61.083.300
Utilização da RATES	-	-	(1.889.033)	-	-	1.889.033
Constituição de reservas estatutárias:						
Reserva legal	-	6.108.330	-	-	-	(6.108.330)
RATES	-	-	3.054.166	-	-	(3.054.166)
Transferência para reserva "Ad-referendum" da AGO	31.278.600	110.438.106	6.779.443	69.267.410	33.552.969	(33.552.969)
31.278.600	110.438.106	6.779.443	69.267.410	8.660.126	13.628.953	14.437.815
						240.861.500

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em reais

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	61.083.300	48.062.729
Ajuste do resultado do exercício:		
Depreciações e amortizações	10.820.050	7.738.168
Resultado na alienação de bens	1.007.410	4.968.030
Ajuste a valor justo	(2.253.121)	(857.123)
Equivalência patrimonial	(4.297.152)	(2.523.620)
Provisão para perdas sobre créditos	6.284.795	2.214.335
Juros provisionados e não pagos	64.910	20.977
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.686.351	1.808.520
Provisões para ações judiciais	15.200.453	10.998.170
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(1.546.887)	(6.766.192)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(11.101.483)	(3.867.163)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(3.014.936)	(2.362.459)
Créditos tributários e previdenciários	6.776.216	(1.002.623)
Bens e títulos a receber	(208.606)	(16.462.475)
Despesas antecipadas	(123.376)	(120.153)
Conta corrente com cooperados	21.977	66.175
Depósitos judiciais	156.280	(164.704)
Aumento (redução) nos passivos:		
Eventos/ sinistros a liquidar	239.630	1.753.178
Débitos de operações assist. à saúde	1.422.095	-
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	188.478	249.216
Tributos e encargos sociais a recolher	(10.934.142)	2.892.547
Débitos diversos	(989.859)	2.870.684
Conta corrente com cooperados	702.895	(498.160)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	71.185.278	49.018.057
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e do intangível	(32.007.538)	(47.573.965)
Aplicação em investimentos	(1.999.212)	(622.448)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(34.006.750)	(48.196.413)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos obtidos de terceiros	1.660.001	6.332.000
Pagamentos de financiamentos	(4.519.211)	(2.123.167)
Integralização de capital	2.879.710	3.140.656
Integralização de capital com juros	701.961	634.505
Baixas de capital por demissão de cooperados	(466.534)	(258.227)
Distribuição de sobras	(19.767.555)	(19.440.829)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	(19.511.628)	(11.715.062)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	17.666.900	(10.893.418)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	124.461.299	106.794.399
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	106.794.399	117.687.817
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	17.666.900	(10.893.418)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em reais

1 Contexto operacional

A Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico, sediada em Bauru SP, que contava com 870 e 857 cooperados no final de 2018 e de 2017, respectivamente, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência médica.

Esses planos propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus usuários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços próprios cooperados e credenciados na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com uma unidade de farmácia localizada no município de Bauru, onde atende exclusivamente seus empregados, cooperados e usuários, possui também no município de Bauru, uma unidade denominada, Hospital Unimed e outra unidade denominada Centro de Diagnóstico Unimed, para atendimento aos conveniados, outros convênios e particulares.

2 Base de preparação e apresentação

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 1º de março de 2019.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros – política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.2 Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado "Disponível".

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor.

O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

f Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

Os investimentos em controladas e coligadas não cooperativas são avaliados por equivalência patrimonial. Nesse método, a participação proporcional da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de sua investida é reconhecida no resultado não operacional.

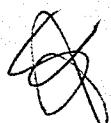
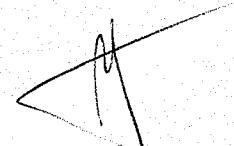
g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.



g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

- Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG: caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de receita de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.
- Provisão para remissão: decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela RN 104 da ANS, constituída pelo valor definido por laudo técnico atuarial.
- Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS: provisão face as demandas com o SUS, efetuadas conforme determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
- Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais: representado pelos valores relativos a prestação de serviços médicos efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.
- Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA: até 2013, foi constituída com base na RN 160 e posteriores alterações. A partir de setembro de 2014, a Cooperativa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A provisão teve seu início em janeiro de 2008.

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a constitucionalidade de tributos.

q Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

r Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Operadora.

s Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Em 6 de outubro de 2017, a Coordenação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) torna pública a aprovação pelos membros do CPC, de acordo com as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil. O Pronunciamento foi elaborado a partir do IFRS 16 – Leases, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e sua aplicação, no julgamento do Comitê, produz reflexos contábeis que estão em conformidade com o documento editado pelo IASB. A adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 deve ser a partir de 1º de janeiro de 2019 desde que referendado pelas entidades reguladoras brasileiras. A Cooperativa não avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial que esse CPC terá sobre as demonstrações financeiras porque até a emissão desse relatório a ANS não havia emitido termo de adoção à norma.

4 Aplicações financeiras

Modalidade	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)						
Fundo Sicredi – SOB7CTF000	24.858.087	-	24.858.087	30.122.851	-	30.122.851
Fundos de investimento ANS - Banco Santander	6.811.651	6.811.651	-	-	-	-
31.669.738	-	31.669.738	30.122.851	-	-	30.122.851
Aplicações livres						
CDB-DI pós-fixado	29.105.901	-	29.105.901	47.133.046	-	47.133.046
Fundos de investimento	43.714.814	-	43.714.814	32.890.941	-	32.890.941
Titulos da dívida pública	22.478.024	-	22.478.024	13.174.328	-	13.174.328
Estrutura financeira - DI	-	6.350.942	6.350.942	-	2.610.973	2.610.973
Estrutura de câmbio	-	-	-	-	206.629	206.629
Renda Fixa - DPGE	-	233.761	233.761	-	405.033	405.033
95.298.739	6.584.703	101.883.442	93.198.315	3.222.635	96.420.950	
126.968.477	6.584.703	133.553.180	123.321.166	3.222.635	126.543.801	

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

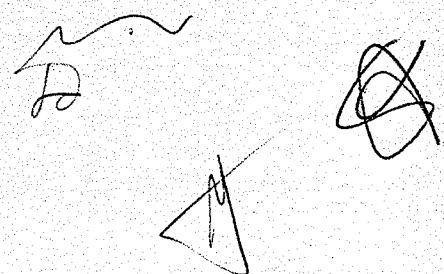
As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.

5 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2018	2017
Contraprestações pecuniárias	13.878.440	12.164.148
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	4.967.048	4.283.526
Contraprestações de corresponsabilidade assumida	9.871.854	-
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(14.327.106)	(6.874.126)
	14.390.236	9.573.548

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.



6 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2018	2017
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (i)	22.548.244	16.857.248
Contas a receber – hospital (ii)	3.764.726	3.653.714
Outras contas a receber	11.172.665	15.821.135
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iii)	<u>(16.965.199)</u>	<u>(18.826.597)</u>
	<u>20.520.436</u>	<u>17.505.500</u>

- (i) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.
- (ii) Contas a receber referentes aos serviços prestados pelo Hospital Unimed a clientes particulares e outros convênios.
- (iii) Substancialmente composto por valores a receber de convênios de auto-gestão. A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

7 Bens e títulos a receber

Descrição	2018	2017
Estoque de materiais e medicamentos (i)	11.680.961	11.612.952
Títulos a receber	14.155	97.726
Outros créditos a receber	-	-
Adiantamentos (ii)	12.516.100	12.969.516
Outras contas a receber (iii)	10.076.166	9.614.397
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	<u>(611.491)</u>	<u>(827.306)</u>
	<u>33.675.891</u>	<u>33.467.285</u>

- (i) Estoque de materiais e medicamentos disponível para comercialização na farmácia e para utilização no hospital compostos por:

Descrição	2018	2017
Medicamentos	5.455.042	5.459.542
Materiais médico-hospitalares	3.619.487	3.531.257
OPME (*)	1.106.484	1.243.314
Almoxarifado	590.499	505.972
Manutenção	461.419	448.976
Material de higiene e limpeza	313.090	302.380
Gêneros alimentícios, dietas e nutrição	67.440	66.019
Materiais de proteção e segurança	31.904	26.024
Rouparia	19.608	21.446
Descartáveis	15.988	8.022
	<u>11.680.961</u>	<u>11.612.952</u>

(*) Órteses, próteses e materiais especiais, nacionais e importados.

- (ii) Adiantamentos à fornecedores principalmente a antecipação de R\$ 11.401.046 à controlada Gemmini Gestora de Equipamentos, Materiais, Medicamentos e Implantes Nacionais e Importados, para aquisição de materiais e produtos destinados à venda para Unimed, para aplicação nos usuários do Hospital.
- (iii) Substancialmente composto pelo faturamento antecipado dos contratos de intercâmbio de competência dezembro/2018, cuja emissão da fatura ocorrerá em período subsequente.

8 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	2018	2017
Participações societárias – operadoras de planos de assistência à saúde		
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	3.143.708	1.306.666
Unimed Centro Oeste Paulista	4.708.466	2.563.479
Central Nacional Unimed	1.168.273	1.060.139
	<u>9.020.447</u>	<u>4.930.284</u>
Outros investimentos		
Unimed Seguradora	1.144.939	1.024.188
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	683.196	641.777
Gemmini Gestora Mat. Med. Impl. Nac. Imp. Ltda.	8.168.495	3.871.343
	<u>9.996.630</u>	<u>5.537.308</u>
	<u>19.017.077</u>	<u>10.467.592</u>

b Movimentação dos investimentos

	1º/1/2017	Adição	Ajuste a valor justo (ii)	Equivalência patrimonial	31/12/2017	Ajuste a valor justo (ii)	Equivalência patrimonial	31/12/2018
Participações societárias – operadoras de planos de assistência à saúde								
Federeração das Unimed's do Estado de São Paulo (i)								
1.306.656	-	-	-	1.306.656	1.837.042	-	-	3.143.708
1.752.438	-	811.041	-	2.563.479	-	2.144.987	-	4.708.466
1.060.139	-	-	-	1.060.139	-	108.134	-	1.168.273
4.119.243	-	811.041	-	4.930.284	1.837.042	2.253.121	-	9.020.447
Outros investimentos								
Unimed Seguradora	402.970	621.218	-	1.024.188	120.751	-	-	1.144.939
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	594.465	1.230	46.082	641.777	41.419	-	-	683.196
Gemini Gestora Mat. Med. Impl. Nac. Imp. Ltda.(ii)	1.347.723	-	-	2.523.620	3.871.343	-	-	4.297.152
2.345.158	622.448	-	46.082	2.523.620	5.537.308	162.170	-	8.168.495
6.464.401	622.448	-	857.123	2.523.620	10.467.592	1.999.212	2.253.121	4.297.152
								9.996.630
								19.017.077

- (i) Valores ajustados na conta de investimentos por conta das integralizações ao capital das investidas conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da investida ocorrida em 15 de março de 2018, através da retenção de 10% dos valores faturados às Investida.

- (ii) Em 2016 a Cooperativa investiu R\$1.499.850 na Gemmini Gestora de Equipamentos, Materiais, Medicamentos e Implantes Nacionais e Importados Ltda. ("Sociedade") que representa 99,99% do capital social total da Sociedade a qual tem por objetivo social o comércio atacadista, nacionais e importados, de medicamentos e drogaria de uso humano, implantes, materiais e instrumentos para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratórios, além do comércio atacadista de próteses, artigos de ortopedia e odontologia, produtos para saúde, cosméticos, perfumaria e artigos de toucador e produtos de higiene pessoal.

A Junta Comercial do Estado de São Paulo reconheceu a abertura da Sociedade em 29 de março de 2016. Os números básicos da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão representados abaixo:

	2018	2017
Percentual de participação	<u>99,99%</u>	<u>99,99%</u>
Ativo	23.416.345	19.742.620
Passivo	15.247.033	15.870.890
Capital social	1.500.000	1.500.000
Patrimônio líquido	8.169.312	3.871.730
Resultado do exercício	4.297.582	2.523.872
Resultado de equivalência patrimonial	<u>4.297.152</u>	<u>2.523.620</u>
Valor atualizado do investimento	<u>8.168.495</u>	<u>3.871.343</u>

A participação nessa controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está sendo calculada no término de cada exercício.

As demonstrações financeiras da controlada foram examinadas pelos mesmos auditores que emitiram relatório, datado de 8 de março de 2019 e que não continha modificações, mas ênfase quanto à concentração de carteira e dependência financeira de sua controladora.

9 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação				2018	2017
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	-	6.162.170	-	6.162.170	6.162.170	
Edificações	4%	116.614.393	(19.502.918)	97.111.475	29.393.375	
Aparelhos e equipamentos	10% a 50%	72.351.197	(20.293.329)	52.057.868	43.003.176	
Veículos	20%	462.123	(235.264)	226.859	294.601	
Móveis e utensílios	10%	6.721.314	(2.986.848)	3.734.466	3.202.205	
Computadores e periféricos	20%	9.761.421	(5.409.623)	4.351.798	3.467.291	
Imobilização em curso	-	6.491.002	-	6.491.002	64.731.170	
Outras imobilizações	10%	5.243.154	(1.313.103)	3.930.051	3.028.626	
		223.806.774	(49.741.085)	174.065.689	153.282.614	

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2018, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b Movimentação do custo histórico

Descrição	1º/1/2017	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2017	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2018
Terrenos	4.998.897	1.163.273	-	6.162.170	-	-	-	-	6.162.170
Edificações	46.180.296	634.970	266.874	47.082.140	77.812	-	69.454.441	116.614.393	
Aparelhos e equipamentos	41.845.662	13.596.311	(565.445)	3.197.092	58.073.620	14.739.653	(679.793)	217.717	72.351.197
Veículos	354.825	193.794	(57.478)	-	491.141	40.624	(69.642)	-	462.123
Móveis e utensílios	3.764.060	2.157.333	(92.544)	6.291	5.835.140	1.021.593	(127.152)	(8.267)	6.721.314
Computadores e periféricos	6.298.468	1.874.429	(9.253)	1.571	8.165.215	1.996.315	(400.109)	-	9.761.421
Imobilização em curso	47.407.843	25.722.899	(4.927.744)	(3.471.828)	64.731.170	12.208.834	(785.111)	(69.663.891)	6.491.002
Outras imobilizações	2.542.611	1.763.960	(427.219)	-	3.879.352	1.363.802	-	-	5.243.154
	153.392.662	47.106.969	(6.079.683)	-	194.419.948	31.448.633	(2.061.807)	-	223.806.774

c Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	1º/1/2017	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2017	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2018
Edificações	(15.999.447)	(1.689.318)	-	(17.688.765)	(1.814.153)	-	(19.502.918)	-	
Aparelhos e equipamentos	(12.133.352)	(3.473.544)	538.971	(2.519)	(15.070.444)	(5.732.187)	509.932	(630)	(20.293.329)
Veículos	(174.418)	(78.483)	56.361	-	(196.540)	(83.842)	45.118	-	(235.264)
Móveis e utensílios	(2.412.823)	(302.470)	79.849	2.509	(2.632.935)	(455.394)	100.851	630	(2.986.848)
Computadores e periféricos	(3.842.885)	(864.301)	9.253	10	(4.697.924)	(1.110.195)	398.496	-	(5.409.623)
Outras imobilizações	(1.030.204)	(247.741)	427.219	-	(850.726)	(462.377)	-	-	(1.313.103)
	(35.593.130)	(6.655.857)	1.111.653	-	(41.137.334)	(9.658.148)	1.054.397	-	(49.741.085)

10 Intangível

	Taxa	2018		2017	
Descrição	anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Software	20%	8.042.589	(5.373.435)	2.669.154	3.272.151

a Movimentação do intangível

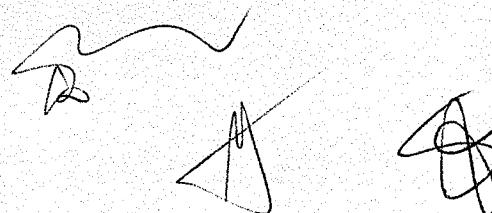
	1º/1/2017	Adição	31/12/2017	Adição	Baixa	31/12/2018
Custo histórico	7.178.456	466.996	7.645.452	558.905	(161.768)	8.042.589
(-) Amortização acumulada	(3.290.990)	(1.082.311)	(4.373.301)	(1.161.902)	161.768	(5.373.435)
	3.887.466	(615.315)	3.272.151	(602.997)	-	2.669.154

11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2017			2018			Total
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
Provisão para prêmio/ contraprestação não ganhas – PPCNG (I)	3.940.633	-	3.940.633	3.236.096	-	3.236.096	
Provisão para remissão (ii)	295.843	311.871	607.714	241.150	269.496	510.646	
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (iii)	5.056.495	-	5.056.495	5.053.723	-	5.053.723	
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iv)	17.372.652	-	17.372.652	17.133.022	-	17.133.022	
Cooperados	8.994.265	-	8.994.265	7.877.845	-	7.877.845	
Serviços credenciados	8.378.387	-	8.378.387	9.255.177	-	9.255.177	
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (v)	7.612.525	-	7.612.525	6.730.551	-	6.730.551	
34.278.148	311.871	34.590.019	32.394.542	269.496	32.664.038		

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 4. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

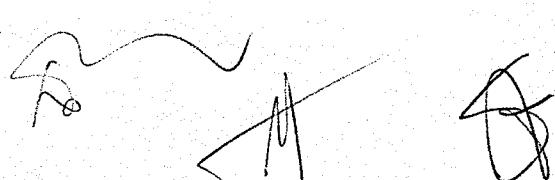
- (i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG é constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) Provisão constituída sobre planos que possuem cláusula de remissão, destinada à cobertura de assistência médico-hospitalar aos dependentes em caso de falecimento do usuário titular, apurada com base na metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.
- (iii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do resarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas. Existem depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 3.543.498.
- (iv) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.
- (v) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no Passivo Circulante, foi constituída a partir de janeiro de 2008 com base na Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão até 2013 com base na RN e a partir de setembro de 2014, elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão com aprovação da ANS.

Three handwritten signatures are present in the bottom right corner of the page. The first signature is a stylized 'R' above a 'D'. The second is a 'J' above a 'M'. The third is a cursive 'A'.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 209/09 e posteriores alterações da ANS:

- **Patrimônio mínimo ajustado (PMA):** representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomado como capital-base o valor de R\$8.503.233 para 31 de dezembro de 2018, multiplicado pelo fator K=4,76% que equivale a R\$ 404.754; e
- **Margem de Solvência:** Determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Plano de Saúde deverá atingir. Esse critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:
 - a) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou:
 - Modalidade de preço preestabelecido: R\$ 63.559.992 em dezembro de 2018 (R\$ 56.528.330 em 2017); e;
 - Modalidade de preço pós-estabelecido: R\$ 7.517.775 em dezembro de 2018 (R\$ 1.697.377 em 2017).
 - b) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 (trinta e seis) meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, que representou:
 - Modalidade de preço preestabelecido: R\$ 77.095.856 em dezembro de 2018 (R\$ 71.286.105 em 2017); e;
 - Modalidade de preço pós-estabelecido: R\$ 4.293.278 em dezembro de 2018 (R\$ 2.232.084 em 2017).

A Margem de Solvência Parcial Exigida apresentada é de R\$ 57.395.617 (R\$ 46.419.385 em 2017) e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 232.461.949 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 197.013.552 em 2017).



11.1 Quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar conforme determinação da ANS RN 344/2014.

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas

- DIOPS do 4º trimestre de 2018 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – carteira de planos individuais/ familiares pós Lei 9.656/1998

Descrição	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	atendimentos	Outros despesas	Demais despesas	Total
Rede própria	9.302.867	3.272.117	767.919	26.077.885	8.406.618	6.879.946		54.707.352
Rede contratada	836.811	6.295.659	561.158	5.749.715	967.478	3.325.691		17.736.512
Reembolso	2.304	3.547	5.721	-	191.722	7.389		210.683
Intercâmbio eventual	81.871	246.202	426.138	574.160	451.393	58.442		1.838.206
	10.223.853	9.817.525	1.760.936	32.401.760	10.017.211	10.271.468		74.492.753

A Cooperativa registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

12 Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Correntes						
IRRF	8.929.837	-	8.929.837	8.169.440	-	8.169.440
INSS	1.981.947	-	1.981.947	1.861.635	-	1.861.635
INSS retido	602.776	-	602.776	601.939	-	601.939
FGTS	582.574	-	582.574	545.920	-	545.920
ICMS	2.317	-	2.317	648	-	648
COFINS	347.705	-	347.705	309.599	-	309.599
ISS retido	188.690	-	188.690	317.125	-	317.125
PIS	58.868	-	58.868	51.908	-	51.908
ISS	19.043	-	19.043	10.246	-	10.246
Imposto único	416.721	-	416.721	404.281	-	404.281
Contribuição sindical	2.113	-	2.113	3.510	-	3.510
Outros impostos e taxas	1.898	-	1.898	2.966	-	2.966
	13.134.489	-	13.134.489	12.279.217	-	12.279.217
Parcelamentos (i)						
INSS – parcelamento	47.943	231.725	279.668	46.353	270.392	316.745
Tributos federais	1.612.371	14.225.171	15.837.542	1.550.076	25.758.833	27.308.909
Outros tributos federais	355.062	1.705.896	2.060.958	343.300	1.992.684	2.335.984
	2.015.376	16.162.792	18.178.168	1.939.729	28.021.909	29.961.638
	15.149.865	16.162.792	31.312.657	14.218.946	28.021.909	42.240.855

(i) A Cooperativa aderiu ao parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme a Lei 11.941, de 27 de maio de 2009 (Novo Refis) e Lei 12.996 de 18 de junho de 2014. Os débitos parcelados referentes à Lei 12.996 foram consolidados e somam o montante de R\$ 2.340.626. A Secretaria da Receita Federal do Brasil consolidou em 2018 o parcelamento de débitos federais conforme a Lei 12.865/2013 no montante de R\$ 15.837.542.

13 Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Vencimento final	2018			2017		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Leasing	Novembro de 2020	1.204.640	866.254	2.070.894	1.182.632	259.636	1.442.268
Capital de giro	Outubro de 2023	3.344.158	13.088.860	16.433.018	3.336.879	16.406.321	19.743.200
(-) Juros a apropriar -		(166.942)	(52.903)	(219.845)	(99.580)	(7.521)	(107.101)
		4.381.856	13.902.211	18.284.067	4.419.931	16.658.436	21.078.367

Os financiamentos referem-se a imobilizações. Os encargos são os normais de mercado para as modalidades. As garantias são alienações de Imóveis e equipamentos e aval dos diretores.

14 Débitos diversos

Descrição	2018	2017
Circulante		
Obrigações com pessoal	10.759.994	10.173.000
Fornecedores (i)	14.865.522	16.509.485
Depósitos de beneficiários	-	772
Outros débitos a pagar	<u>687.406</u>	<u>619.524</u>
	<u>26.312.922</u>	<u>27.302.781</u>
Não circulante		
Capital a restituir	<u>34.273</u>	<u>34.273</u>
	<u>34.273</u>	<u>34.273</u>
	<u>26.347.195</u>	<u>27.337.054</u>

- (i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar aos fornecedores de materiais e medicamentos hospitalares e farmacêuticos, que estão disponibilizados tanto no hospital quanto na farmácia da Cooperativa. Não há contas a pagar vencidas.

15 Provisões judiciais

Descrição	2018	2017
Tributária - Federal (i)	5.478.359	5.487.685
Tributária - Municipal (ii)	37.533.317	33.528.580
Trabalhistas (iii)	2.077.622	1.249.000
Cíveis / indenizatórias (iii)	18.186.034	8.847.364
Outras contingências (iv)	<u>7.277.003</u>	<u>6.239.253</u>
	<u>70.552.335</u>	<u>55.351.882</u>

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.



(i) Tributária - Federal:

Em 2018, o saldo da provisão corresponde a processos de Perdcomp de IRRF não homologados pela Receita Federal do Brasil e auto de infração do INSS, referente a diferença da alíquota do SAT, que está sendo discutido administrativamente.

(ii) Tributária - Municipal:

A Administração da Cooperativa, com base em decisão judicial e na opinião de seus assessores jurídicos, entende não haver incidência do ISS sobre os contratos da modalidade de pré-pagamento. A Cooperativa ingressou com ação judicial, ainda pendente de julgamento de recurso para resolver a controvérsia neste sentido. O montante conservadoramente provisionado corresponde aos valores supostamente devidos independentemente da questão judicial.

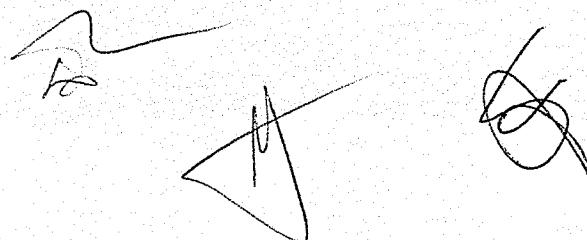
(iii) Trabalhistas/ Cíveis:

Encontram-se em questionamento ações nas áreas cível e trabalhista. A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

(iv) Outras contingências:

As outras contingências correspondem, substancialmente, aos valores não recebidos em cobrança administrativa do SUS que não constam nas obrigações relacionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Compõem as outras contingências o montante de R\$ 969.286, referente à taxa de saúde suplementar correspondente ao período de abril de 2017 a dezembro de 2018, cuja inexigibilidade está amparada em provimento judicial exarado em sede de antecipação de tutela, no âmbito de ação declaratória movida por parte da Unimed Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.



16 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações cíveis e trabalhistas nos montantes de petição inicial de R\$ 5.761.117 e R\$987.622, respectivamente, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2018 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido a natureza e histórico são plenamente passíveis de acordos de menor valor. Por definição da Administração, sobre estas demandas também foi constituída provisão.

17 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, serão atribuídos juros de até 12% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobra no final do exercício com valores definidos na Assembleia Geral Ordinária. Em 2018 foram atribuídos juros de 4% .

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa continha o valor de R\$ 8.233.224 de capital a integralizar.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Reserva técnica para riscos

Constituída na Assembleia Geral Ordinária de exercícios anteriores destinada para eventuais riscos fiscais, em decorrência dos assuntos comentados na nota 15.

d Sobras à disposição da AGO

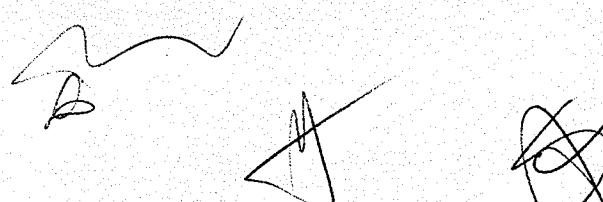
As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

Por decisão do Conselho de Administração e "Ad-referendum da AGO", o resultado das operações com terceiros não foi demonstrado e nem levado à conta da RATES, conforme determinação do Estatuto e legislação aplicável.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. Em 2018 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 14.437.815 conforme demonstração do resultado.

18 Dispêndios/ despesas administrativas

Descrição	2018	2017
Pessoal	(19.161.551)	(17.774.417)
Serviços de terceiros	(5.270.622)	(4.830.214)
Localização e funcionamento	(3.665.850)	(5.206.238)
Publicidade e propaganda	(2.498.265)	(2.034.165)
Tributos	(901.956)	(935.657)
Despesa com multa administrativa	(135.102)	(28.800)
Diversas	(4.598.510)	(4.365.704)
	<u>(36.231.856)</u>	<u>(35.175.195)</u>



19 Resultado financeiro líquido

Descrição	2018	2017
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	8.490.349	11.810.516
Juros por recebidos em atraso	1.306.663	1.143.495
Atualização monetária (i)	8.101.568	920.595
Descontos obtidos	126.742	229.801
Outros	1.321	5.551
	18.026.643	14.109.958
Dispêndios financeiros		
Juros e atualização (ii)	(6.525.568)	(9.007.679)
Despesas financeiras	(821.176)	(807.530)
Juros sobre capital próprio	(1.231.500)	(825.837)
	(8.578.244)	(10.641.046)
	9.448.399	3.468.912

20 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Sobras antes dos tributos	63.398.116	51.407.346
Adição/ exclusões		
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(57.088.542)	(42.658.179)
Base de cálculo	6.309.574	8.749.167
Imposto de renda - 15%	(946.437)	(1.312.375)
Adicional do imposto de renda - 10%	(606.958)	(850.918)
Dedução PAT	47.323	52.495
Imposto de renda	(1.506.072)	(2.110.798)
Contribuição social - 9%	(567.862)	(787.425)

21 Adoção a RN 430

A Resolução Normativa nº 430 de 7 de dezembro de 2017 que dispõe, entre outros assuntos, sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, exige que as operadoras apresentem de forma segregada suas operações de intercâmbio eventual e corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários (operação de intercâmbio definitivo ou habitual/ convênios de reciprocidade / aluguel de rede / repasse em pré-pagamento / repasse em pós pagamento ou em custo operacional/ risco cedido).

No sistema Unimed as cooperativas mantêm relacionamento operacional que garante uma estrutura de atendimento comum aos beneficiários com a prestação de serviços médicos e hospitalares, uma cooperativa atendendo beneficiários da outra. Essa operação, enquadra-se nas definições de intercâmbio e compartilhamento de riscos regulamentado pelo Manual de Intercâmbio Nacional (MIN), o qual está em consonância com a RN 430/2017, que classifica o intercâmbio em duas modalidades) Habitual: quando o beneficiário possui contrato regional e recebe atendimento de rotina na Unimed que não é a sua contratante ou com contrato regional ou nacional que mora na área de ação de outra Unimed que não é a sua contratante; e b) Eventual: quando o beneficiário está em trânsito na área de ação de outra Unimed.

Dessa forma, todos os eventos conhecidos e avisados, sejam eles de despesas incorridas com beneficiário do plano comercializado ou disponibilizado pela cooperativa, ou sejam, relativos a despesas incorridas com beneficiários de outras cooperativas suportadas diretamente pela Operadora, em função de operações de corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários foram integralmente registrados no mês de dezembro de 2018 e foram contabilizados de acordo com os relatórios extraídos das movimentações dos arquivos entre as Unimeds (arquivo PTU) disponibilizados pela Unimed do Brasil. Estes relatórios possibilitaram a identificação da ocorrência de operações de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimeds, conforme regras previstas no MIN. Os eventos relativos ao compartilhamento de risco foram classificados nos montantes demonstrados abaixo:

Período	Eventos conhecidos por corresponabilidade assumida		Eventos conhecidos por corresponabilidade transferida	
	Eventual	Habitual	Eventual	Habitual
Janeiro	13.050.366	3.151.616	891.072	1.965.551
Fevereiro	12.416.589	2.978.882	1.549.221	2.198.899
Março	12.484.701	3.530.941	362.500	3.077.921
Abril	13.998.025	4.231.482	426.296	3.312.327
Maio	13.561.513	2.959.605	976.289	2.899.488
Junho	14.726.908	2.955.979	990.563	3.022.750
Julho	14.034.826	3.495.884	1.383.845	2.560.508
Agosto	13.425.551	3.037.564	243.884	3.294.760
Setembro	10.547.517	3.911.088	572.048	3.579.157
Outubro	14.093.760	6.925.128	945.505	3.110.442
Novembro	17.159.414	2.364.738	1.788.056	2.130.537
Dezembro	11.908.335	5.564.287	1.976.569	2.051.111
	161.407.505	45.107.194	12.105.848	33.203.451

22 Transações com partes relacionadas

a. Diretoria

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos para o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de até 1/3 de seus integrantes, para o Conselho Fiscal o mandato é de um ano com obrigatoriedade de troca de 2/3 dos seus integrantes. A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore.

Parte relacionada	Natureza da operação	2018	2017
Conselho de Administração	Prestação de serviços	6.898.282	3.373.646
Conselho de Administração	Diárias e pró-labore	1.577.438	1.213.876
Conselho de Administração	Capital social	724.377	434.782
Conselho Fiscal	Prestação de serviços	4.159.239	3.351.732
Conselho Fiscal	Cédula de presença	58.222	47.174
Conselho Fiscal	Capital social	431.368	456.943

b. Atividade cooperativista

As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e a atividade cooperativista:

	2018	2017
Bancos conta movimento	662.775	621.694
Aplicações financeiras	31.834.836	36.680.648
Rendimento de aplicações financeiras	1.874.000	3.034.842

c. Controladas

Descrição	2018	2017
Ativo circulante		
Adiantamento a fornecedor	11.401.046	12.197.270
	<u>11.401.046</u>	<u>12.197.270</u>
Passivo circulante		
Contas a pagar	63.814	182.818
	<u>63.814</u>	<u>182.818</u>
Resultado		
Custo	19.201.483	10.729.275
	<u>19.201.483</u>	<u>10.729.275</u>

Os resultados das operações da Cooperativa poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas, devido as condições específicas estabelecidas pela Administração para as transações em comum.

23 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. A Administração da Cooperativa não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros instrumentos em caráter especulativo.

24 Gerenciamento de riscos

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de mercado e de operação, como risco de realização do contas a receber e o risco de ocorrência de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foi constituída provisão para perdas sobre créditos. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Cooperativa no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras, sistemas de controles internos e programas de prevenção à saúde para seus usuários de plano de saúde.

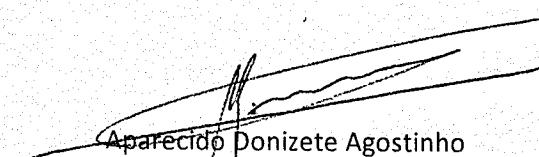
A Cooperativa encontra-se em contínuo processo de aprimoramento de seu sistema de controles internos e contábeis, visando o pleno atendimento às regulamentações emitidas pela ANS.

25 Cobertura de seguro

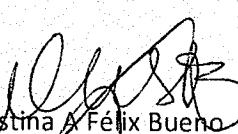
A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



Emerson Luiz C. Campos
Diretor Presidente
CPF 137.238.858-37



Aparecido Donizete Agostinho
Vice Presidente
CPF 130.948.738-39



Cristina A Félix Bueno
Contadora
CRC 1SP146902/O-2

Auditoria: Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CNPJ 68.323.807/0001-07 - CRC 1SP137183/O-8

Atuária: MASTER SERVIÇOS ATUARIAIS LTDA
CNPJ 05.475.051/0001-93 - CIBA 135

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos cooperados e administradores da
Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico
Bauru SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 1º de março de 2019.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi

CRC 1SP137183/O-8



Termo de Responsabilidade Atuarial de Provisões Técnicas

Eu, Thaís Taborda Moreira Alves, telefone (11) 3195-6400, e-mail strategy@strategyconsultoria.com.br, inscrito no CPF sob o n.º 087.541.646-21, como atuário legalmente habilitado, com número de registro profissional MIBA 2.529, sou responsável pelo cálculo das Provisões Técnicas da operadora Unimed de Bauru Cooperativa de Trabalho Médico, registrada sob o n.º 36.965-9 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS,

DECLARO, para os devidos fins de direito:

A - que os trabalhos foram conduzidos de acordo com os princípios atuariais e as diretrizes estabelecidas pela regulamentação vigente. Desta forma, as Provisões Técnicas foram verificadas e apuradas com base em metodologias atuariais de cálculo aderentes à realidade operacional da operadora;

B - que no quadro abaixo estão dispostos os valores das provisões apuradas por mim para cada mês do 4º trimestre de 2018:

Mês de Competência	Provisão para Remissão	PEONA
out/18	R\$ 605.773,59	R\$ 7.389.314,26
nov/18	R\$ 626.526,23	R\$ 7.588.634,00
dez/18	R\$ 607.714,02	R\$ 7.612.524,91

C - que executei testes que atestam a qualidade dos dados que serviram de base para a elaboração do cálculo da Provisão para Remissão.

Em relação à PEONA, foi possível aferir o montante da PEONA Real até a competência de set/18 em razão do descarte de 3 meses. No período de out/17 a jul/18, observou-se que a PEONA Estimada se manteve consistente quando comparada à PEONA Real. Nos meses de ago/18 e set/18 houve um aumento considerável da PEONA Real em relação a PEONA Estimada, sugerindo alteração na metodologia.

Entretanto a operadora justificou o ocorrido esclarecendo que houve alteração nos processos de envio e recepção dos arquivos da área de contas médicas para a Operadora devido a falha de operação que resultou neste cenário, mas que, a partir do mês de novembro os processos voltaram à normalidade.



Desta maneira, julgamos pertinente mantermos a metodologia atual e avaliarmos a necessidade de alteração do fator nos próximos períodos.

D – que ao proceder à apuração da Provisão para Remissão e da PEONA, não foram observados fatos relevantes;

E – assumir, integral responsabilidade pela fidedignidade das declarações ora prestadas, ficando a ANS, desde já, autorizada a delas fazer, nos limites legais e em juízo ou fora dele, o uso que lhe aprouver;

F – estar ciente que qualquer comissão ou omissão de informação, no que tange aos trabalhos por mim executados, **que vier a dar causa** à instauração do regime de direção fiscal e/ou liquidação extrajudicial nos últimos 12 (doze) meses à data de instauração, poderá levar a indisponibilidade dos meus bens, com base no disposto no inciso I, do § 3º, do art. 24-A, da Lei 9.656/1998.

São Paulo, 19 de novembro de 2018.

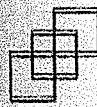
Thaís Taborda

MIBA 2.529

Raquel Marimon

Master Consultoria e Assessoria Atuarial

CIBA 135



Eu, Emerson Luiz Cardia de Campos, CPF nº 137.238.858-37, representante da operadora Unimed de Bauru Cooperativa de Trabalho Médico, registrada sob o nºº 36.965-9 na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, declaro que as informações fornecidas para apuração das provisões técnicas são fidedignas e consistentes com os demonstrativos contábeis da operadora e das informações encaminhadas à ANS por meio do DIOPS-XML. Declaro ainda que, estou ciente das informações anteriores e que os valores de provisões apuradas por metodologia atuarial foram refletidos nos registros contábeis da operadora e no DIOPSXML encaminhado à ANS.

Bauru, 19 de novembro de 2018.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Emerson Luiz Cardia de Campos".

Emerson Luiz Cardia de Campos

Diretor-Presidente